

POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS: PRINCÍPIOS, ATORES E PROCESSOS

José Maria Jardim

Políticas públicas arquivísticas é um tema freqüente num certo discurso oficial, presente em vários países, na legislação, nos relatórios, nos planos de trabalho de arquivos públicos, etc. De certa forma, a incidência desse discurso, especialmente nos últimos dez anos, promoveu a naturalização do tema, acirrada por uma escassez de reflexões mais profundas a respeito.

Falamos sobre a necessidade de políticas públicas arquivísticas, procuramos ensinar a respeito, mas encontramos este tema pouco aprofundado na literatura arquivística. Ou então tendemos a reconhecê-lo associado a um conjunto de prescrições que colidem diretamente com a dinâmica do mundo político. Nessas circunstâncias, a política arquivística tende a ser muito mais uma peça de retórica do que uma realidade que se plasma a partir de princípios, ações e atores concretos.

Apesar disso, ainda que timidamente, o tema políticas públicas arquivísticas vem encontrando um espaço cada vez maior como objeto de pesquisa na Arquivologia. A política arquivística, reconhecida na sua complexidade e variadas formas de ser conceituada e operacionalizada, está presente não apenas no cotidiano de nossas instituições e serviços arquivísticos, mas também – e cada vez mais – no ensino, na investigação, nos nossos congressos. E certamente na inquietação das instituições arquivísticas que procuram novos parâmetros para seus norteamientos políticos em curso ou voltam-se para o tema pela primeira vez.

Quais as possíveis razões para este interesse crescente pelas políticas públicas de informação e, no nosso caso, pelas políticas públicas arquivísticas?

De um lado, como sugere a UNESCO desde os anos 80, o insucesso dos megasistemas nacionais de informação. Do outro, a comprovação de que sistemas, programas ou ações informacionais tendem a ser melhor sucedidos quando precedidos pela formulação e implementação de políticas informacionais.

Nos anos 90, dois fenômenos talvez tenham contribuído também para uma maior preocupação com as políticas públicas informacionais.

Um deles é a ampliação dos novos modos de produção, conservação e uso da informação sob a crescente utilização das tecnologias da informação de comunicação. Mesmo

em países do capitalismo periférico, com maiores dificuldades de acesso às tecnologias da informação e comunicação, há um profundo impacto nas organizações e, é claro, nas administrações públicas. Não por acaso, o tema dos documentos eletrônicos e das novas formas de uso da informação arquivística no ambiente web tem ocupado tanto a agenda arquivística internacional.

Um outro aspecto a influir na ampliação do debate sobre as políticas públicas informacionais refere-se, nos últimos anos, aos novos parâmetros de gestão política e científica da informação mostraram-se necessários. Esses novos delineamentos vêm emergindo, entre outros exemplos, a partir de experiências recentes de governo eletrônico, gestão do conhecimento e gestão da inteligência nas administrações públicas, além das pesquisas acadêmicas sobre o tema.

Um outro aspecto importante nas novas abordagens do tema são as transformações que vêm ocorrendo no Estado, especialmente na América Latina. A partir dos anos 90, vivenciamos o modelo neoliberal como norteador das políticas de diminuição do Estado e de novos métodos de gerenciamento - nem sempre eficientes - das organizações públicas. Esse modelo, caracterizado pela vilanização do Estado e o endeusamento do mercado como regulador das relações sociais, comprometeu fortemente as políticas públicas em geral. Mais recentemente, constatamos o reconhecimento, até mesmo pelos organismos internacionais, que o modelo neoliberal esgotou-se. O que era antes consenso, já não o é mais.

O saldo informacional, resultante da privatização de funções que até então eram consideradas estratégicas nas administrações públicas, ampliou o débito histórico do Estado em relação à sociedade.

Ainda no caso da América Latina, o reencontro com a democracia e discussão do direito à informação favoreceu em alguns casos um debate renovador sobre a função dos arquivos como recurso social. Como tal, as políticas públicas arquivísticas ganharam maior espaço de reflexão e concretização.

Vale lembrar que em diversos outros aspectos da vida social, constata-se recentemente uma maior preocupação com as políticas públicas, reflexo da emergência de novos valores na cultura política como a busca pela transparência nas decisões e a maior distinção entre o público e o privado (Melo, 1999).

O TERRITÓRIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Análise de Políticas Públicas é uma área de conhecimento, com caráter multidisciplinar, de matriz anglo-saxônica, oriunda da Ciência Política. Para Bardach (1998), trata-se de um *“conjunto de conhecimentos proporcionado por diversas disciplinas das ciências humanas utilizados para buscar resolver ou analisar problemas concretos em política (policy) pública”*.

Segundo Dye (apud Dagnino, 2002), fazer *“Análise de Política é descobrir o que os governos fazem, porque fazem e que diferença isto faz...”* é a descrição e explicação das causas e conseqüências da ação do governo ”.

A análise de políticas públicas, conforme Wildavsky (apud Dagnino, 2002), visa *“interpretar as causas e conseqüências da ação do governo, em particular, ao voltar sua atenção ao processo de formulação de política”*.

As políticas públicas tendem a ser compreendidas como o *“Estado em ação”* ou seja, o Estado implantando um projeto de governo. Tratam-se de ações procedentes de uma autoridade dotada de poder político e de legitimidade governamental que afeta um ou mais setores da sociedade.

Muller e Surel (2004, p. 11), numa perspectiva cognitiva, entendem a ação do Estado como um *“lugar privilegiado”* no qual as complexas sociedades modernas *“vão colocar o problema crucial de sua relação com o mundo através da construção de paradigmas ou de referenciais”*. Os instrumentos que daí derivam favorecem a ação social *“ e os espaços de sentido no interior das quais os grupos sociais vão interagir”*.

Conforme Dagnino (2002), uma política é constituída de um conjunto de medidas concretas que formam a sua *“substância”* e anuncia claramente seus objetivos e metas. *“Normalmente implica em uma série de decisões. Decidir que existe um problema. Decidir que se deve tentar resolver. Decidir a melhor maneira de resolver”* (Subirats, J. in Ferri Dura, 2004). Por isso, uma política pública deve ser amplamente identificada enquanto tal e comunicada à sociedade civil.

*“A relação entre sociedade e Estado, o grau de distanciamento ou aproximação, as formas de utilização ou não de **canais de comunicação** entre os diferentes grupos da sociedade e os órgãos públicos – que refletem e incorporam fatores culturais (...) – estabelecem contornos próprios para as políticas pensadas para a sociedade. Indiscutivelmente, as formas de organização, o poder de pressão e articulação de diferentes grupos sociais no processo de estabelecimento e reivindicação de demandas são fatores fundamentais na conquista de novos e mais amplos direitos sociais, incorporados ao exercício da cidadania.”* (Hofling, 2001, p. 39).

A existência de textos legais que regulem uma atividade governamental não basta para identificarmos uma política pública. Por outro lado, nem sempre um conjunto de projetos, leis e ações que caracterizamos como uma política pública é assim entendida e anunciada pelo governo.

Uma política pública é necessariamente um processo dinâmico sujeito a alterações diversas. Por isso a importância da sua avaliação por distintos atores, de forma a favorecer as inevitáveis modificações que sobre ao longo do tempo.

Dagnino (op. cit., p. 3) aponta alguns elementos que nos auxiliam compreendermos a amplitude do conceito de políticas públicas:

- “1 - a distinção entre política e decisão: a política é gerada por uma série de interações entre decisões mais ou menos conscientes de diversos atores sociais (e não somente dos tomadores de decisão)
- 2 - a distinção entre política e administração
- 3 - que política envolve tanto intenções quanto comportamentos
- 4 - tanto ação como não-ação
- 5 - que pode determinar impactos não esperados
- 6 - que os propósitos podem ser definidos *ex post*: racionalização
- 7 - que ela é um processo que se estabelece ao longo do tempo
- 8 - que envolve relações intra e inter organizações
- 9 - que é estabelecida no âmbito governamental, mas envolve múltiplos atores
- 10 - que é definida subjetivamente segundo as visões conceituais adotadas.”

Da mesma forma, vale ressaltar alguns pontos destacados por Muller (2004, p. 22):

- . a existência de um conjunto de medidas concretas;
- . a inserção da política pública num um quadro geral de ação, o que significa afirmar que nunca é uma ação isolada;
- . toda política pública possui sempre um público e objetivos definidos.

Algumas políticas são mais explícitas ou latentes ou tomam a forma de uma “não-decisão”. Por isso o estudo de políticas deve deter-se, também, no exame de **não-decisões**.

Em alguns casos, a não-tomada de decisão assume a forma de decisão. Analisando políticas públicas de informação no Brasil, chama-nos a atenção, preliminarmente, a aparente

falta de decisão. A “não-decisão”, porém, é um ato de poder. É diferente da decisão que não se toma por falta de poder ou por inércia ou por inépcia.

A análise de políticas tende a ser dividida em três fases sucessivas – **Formulação, Implementação e Avaliação** – que conformam um ciclo que se realimenta.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO

A literatura voltada aos estudos da informação não dispõe de um quadro conceitual mais denso sobre políticas públicas de informação. Normalmente essa literatura ignora os aspectos teóricos e metodológicos da análise de políticas públicas.

A noção de "política de informação" tende a ser naturalizada e a designar diversas ações e processos do campo informacional: arquivos, bibliotecas, internet, tecnologia da informação, governo eletrônico, sociedade da informação, informação científica e tecnológica, etc.

Um conjunto de decisões governamentais no campo da informação não resulta necessariamente na constituição de uma política pública de informação. Uma política de informação é mais que a soma de um determinado número de programas de trabalho, sistemas e serviços.

É necessário que se defina o universo geográfico, administrativo, econômico, temático, social e informacional a ser contemplado pela política de informação. Da mesma forma, devem ser previstos os diversos atores do Estado e da sociedade envolvidos na elaboração, implantação, controle e avaliação dessas políticas.

Políticas públicas de informação são norteadas por um conjunto de valores políticos que atuam como parâmetros balizadores à sua formulação e execução. Podem estar "difusas" no âmbito de outras políticas públicas, mas não implícitas. O Estado democrático é, por princípio, incompatível com políticas públicas de saúde, educação, habitação ou informação, que não sejam explícitas.

Alguns elementos tendem a estar presentes nas políticas públicas de informação:

a) O alcance e o conceito de informação identifica a política de informação

b) O alcance de ações da política de informação:

■ Ações no Estado

- Ações na Sociedade
- Ações Estado-Sociedade
- Ações Sociedade –Estado

c) O equilíbrio entre atividades normativas e operacionais na sua execução;

d) A relação da política da informação com as demais políticas públicas ou seja, a sua **transversalidade**:

- Políticas de cultura
- Políticas de saúde
- Políticas de educação
- Políticas de transportes
- Políticas de meio ambiente
- Políticas econômicas, etc.

d) A participação dos diversos atores sociais que são contemplados por essas políticas de informação

POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO NA AMÉRICA LATINA

Ao analisar a situação das políticas de informação na América Latina, Cubillo (2003), observa:

“Las políticas públicas de información constituyen un área que –lamentablemente- nunca ha conseguido instalarse en los lugares preferenciales de la agenda de los gobiernos en los países de la América Latina. ...Pero, además, cuando se había logrado avanzar en la formación de tales políticas, se intentaba su reacomodo más favorable al interior del conjunto de las políticas públicas, y cuadros de especialistas acumulaban una experiencia valiosa, ocurrió lo inesperado: las políticas públicas de información han sido- sin previo aviso- arrasadas, dejadas sin piso o seriamente debilitadas.”

POLÍTICAS PÚBLICAS ARQUIVÍSTICAS

De forma sintética, entende-se por políticas públicas arquivísticas o conjunto de premissas, decisões e ações - produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais

em nome do interesse social - que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada.

Políticas públicas arquivísticas podem ser setoriais (em função das características de produção dos arquivos, tipologia, utilização, demarcação administrativa, etc.) e apresentar uma configuração nacional, regional ou local.

Espera-se, em qualquer circunstância, que apresentem alto grau de transversalidade ou seja, intersecção com outras políticas públicas, tendo em vista a importância da informação para a execução de cada uma delas. Em outras palavras, políticas públicas nas áreas de saúde, ciência ou habitação contam - como um dos fatores a influenciar seus resultados - com os diversos impactos das políticas arquivísticas na atuação das organizações governamentais naquelas áreas.

Um aspecto muito freqüente é confundir legislação arquivística com política arquivística.

A legislação arquivística fornece elementos normalizadores à política arquivística, mas não é em si mesma uma política.

Muitas vezes a legislação arquivística tende a ser considerada o marco zero de uma nova era arquivística.

É compreensível tal expectativa já que uma legislação adequadamente concebida pode ser um poderoso instrumento a favor da gestão, uso e preservação dos arquivos.

A viabilidade dessa legislação torna-se comprometida se não for simultaneamente instrumento e objeto de uma política arquivística. Como assinala Couture (1998), "*a existência da lei não garante a sua aplicação ... A legislação não pode ser confundida com a ação concreta*".

As políticas arquivísticas no quadro das políticas públicas de informação

Políticas públicas arquivísticas constituem uma das dimensões das políticas públicas informacionais. Em função da realidade observada, é possível detectar situações nas quais políticas públicas arquivísticas são concebidas e implementadas - normalmente sem muito sucesso - ignorando-se as demais políticas públicas de informação existentes. Da mesma forma, são freqüentes situações nas quais políticas públicas de informação - muitas vezes em nível nacional - desconhecem por completo as peculiaridades do universo arquivístico. Em alguns casos, por exemplo, políticas arquivísticas e políticas de governo eletrônico são

concebidas e desenvolvidas como se pertencessem a universos paralelos. Ambas as iniciativas perdem com essa ausência de interfaces, especialmente o campo arquivístico, normalmente menos visível que aquele relacionado com as questões inerentes aos projetos de governo eletrônico.

AS DIMENSÕES TÉCNICA E POLÍTICA

As ações resultantes das decisões que constituem as políticas públicas arquivísticas revestem-se, na maioria dos casos, de um caráter técnico-científico. No entanto, políticas arquivísticas existem para responder a problemas políticos do campo dos arquivos. Isto pressupõe, inicialmente, a necessidade de identificar e analisar estes problemas.

Reconhecê-los exige um conjunto de conhecimentos simultaneamente técnico-científicos e políticos. Assim, a demanda por um plano de classificação de documentos para ampliar a qualidade da gestão de um organismo governamental é um problema político. As decisões de produzir e implantar o plano de classificação de documentos também. Este, porém, é um recurso técnico-científico, referido à teoria arquivística, cuja qualidade na concepção pode comprometer sua aplicabilidade técnica com graves consequências políticas. As dimensões política e técnica encontram-se, portanto, visceralmente associadas desde a concepção à execução das suas diversas facetas.

Há freqüentes associações entre as concepções de políticas arquivísticas e sistema nacional (ou local e regional) de arquivos. A Fundación Histórica Tavera recomenda, por exemplo, que países como Chile, Paraguai e Uruguai adotem um "Sistema Nacional de Arquivos que articule e normalize a política arquivística nacional". Sob tal concepção, o sistema é anterior à política e esta é uma instância controlável pelo Sistema. Num plano mais geral, a mesma perspectiva é assumida por Molino ao analisar políticas de informação na América Latina ou no Caribe ou seja, a compreensão teórico e operacional da política informacional parece inevitavelmente associada, sem justificativa para tal, a uma concepção sistêmica.

Neste sentido, diversas iniciativas têm fracassado porque sistemas arquivísticos são produtos e não causas de políticas arquivísticas. A política arquivística tende, porém, a ser influenciada pelo sistema arquivístico, desde que este efetivamente funcione. O sistema, neste caso, é um modelo de gerenciamento, entre outros que podem ser tomados como ferramenta na condução de políticas arquivísticas. Se já qual for a anatomia do sistema, da rede ou dos programas de ação, sua concepção e operacionalização decorrem da política arquivística.

Levando todos esses aspectos em conta e, sobretudo, tentando transcender a dicotomia entre as dimensões política e técnico-científica, por que políticas públicas arquivísticas exigem tantos esforços na sua formulação, implementação e avaliação?

Alguns aspectos merecem ser contemplados se quisermos nos aproximar de uma resposta a essa questão.

De imediato, um aspecto relevante é a relação Estado e Sociedade no âmbito da qual são concebidas e executadas as políticas públicas. Quando essas políticas envolvem temas cujo alcance social parece mais evidente ao conjunto de atores do Estado e da Sociedade, a tarefa não é menos complexa, porém parece favorecida pela visibilidade do universo de questões envolvidas. É o caso das políticas públicas de saúde, educação, emprego, etc. No caso das políticas informacionais, o alcance dos intentos de políticas públicas mostra-se visceralmente associado a aspectos tais como:

- . o comprometimento do Estado com o uso adequado – em todos os sentidos - da informação pela administração pública e pela sociedade

- . as condições da sociedade civil em reconhecer a informação governamental como direito, utilizá-la e gerar novas demandas a partir dessa utilização

Verticalizando essa percepção para o universo arquivístico, alguns obstáculos tendem a ser freqüentes:

- . o grau de reconhecimento da importância da informação arquivística e das instituições e serviços arquivísticos pelo Estado e a sociedade civil

- . a capacidade política e técnico-científica das instituições arquivísticas públicas identificarem e lograrem formular, executar e avaliar políticas públicas arquivísticas.

OS LIMITES E POSSIBILIDADES DE UMA POLÍTICA PÚBLICA ARQUIVÍSTICA

Considerando tais aspectos, parece evidente que as políticas públicas arquivísticas pressupõem profundo conhecimento político, gerencial e técnico-científico por parte dos seus formuladores.

Trata-se de um conhecimento que emerge de olhar multidisciplinar, a partir não apenas da Arquivologia, mas também da Análise das Políticas Públicas, da Ciência Política e da Administração. Além disso, requer um conhecimento extensivo da realidade sobre a qual o Estado – na figura das instituições e arquivísticas – pretende agir em relação aos arquivos.

Nessa realidade incluem-se as formas de produção, uso e conservação dos arquivos públicos e privados que se inserem no raio de alcance da política buscada, bem como os

atores que, no Estado e na sociedade, podem ser tocados direta ou indiretamente por essa política. Por isso, instituições arquivísticas abertas à realidade social que as envolve formam uma condição fundamental para os intentos de políticas arquivísticas.

Do ponto de vista democrático, diversos setores devem estar envolvidos também na formulação, implantação e avaliação das políticas públicas arquivísticas. Supõe-se que mecanismos legais e institucionais sejam forjados e concretizados de forma a garantir a representatividade de agentes do Estado e da Sociedade Civil nesse processo. Prevê-se a presença, nesse processo, de agentes públicos das áreas de ciência, tecnologia, administração, educação e cultura, bem como dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em distintos níveis de governo. Numa cultura política permeada por valores como participação social e transparência a representatividade da sociedade civil deverá ser assegurada, ao menos quantitativamente, em grau que impeça a hipertrofia a favor do Estado no processo político decisório. Agentes representantes dos diversos tipos de usuários dos arquivos, bem como dos arquivos privados, de instituições de ensino e pesquisa fora do aparelho de Estado e de organizações profissionais arquivísticas devem ter assegurada a sua participação.

Entre o desenho político-jurídico ideal e a sua realização há distâncias maiores ou menores que são identificadas ao longo de tempo. A superação da retórica participativa por uma prática efetiva, capaz de legitimar uma proposta de política arquivística, já é em si um território de ação política. Enfim, se é preciso avaliar frequentemente o alcance das políticas executadas, mostra-se também relevante a análise do processo de formulação das políticas, procurando-se a correção de aspectos que possam comprometê-lo.

Instituições arquivísticas cujo modelo organizacional ressalta a sua invisibilidade política e social são incompatíveis com políticas públicas arquivísticas. Isto não significa necessariamente que tais instituições gozem de excelentes condições de infra-estrutura tecnológica, legal, física ou humana. No entanto, é necessário que, mesmo não dispondo do melhor nesse sentido, os arquivos públicos tenham um mínimo de norteamentos políticos e científicos sobre suas funções contemporâneas.

Face ao exposto, ao analisarmos uma política pública arquivística, algumas perguntas fundamentais merecem ser respondidas:

- . Existe uma política arquivística?
- . Se não existe uma política, por que tal ocorre? Foi formulada, publicizada e não executada? Não foi formulada? Foi anunciada, mas não formulada?
- . Se existe uma política arquivística, o que faz a administração pública federal, estadual ou municipal em termos da execução dessa política?

. Quais os atores do Estado e da sociedade civil envolvidos na formulação, execução e avaliação dessa política?

. Quais os atores do Estado e da sociedade civil que são objeto da política arquivística?

. Quais são as consequências dessa política junto à administração pública e à sociedade?

. Qual a principal autoridade do Estado envolvida nessa política?

. Quais as medidas concretas que expressam a política arquivística? Quais e como são comunicados seus objetivos ao conjunto da sociedade?

. Quais as ações potencialmente relacionadas com a política arquivística e que não são objeto de decisões por parte da autoridade governamental?

. Quais os textos legais que constituem referências para essa política? Além do aspecto legal, qual o alcance e repercussões políticas e técnico-científicas desses textos legais?

. Quais os seus impactos esperados e os resultados inesperados?

. Quais os conceitos que norteiam a formulação, execução e avaliação da política arquivística?

. Como a política arquivística expressa transversalidade em relação às outras políticas públicas no campo da informação e de outros setores do Estado?

Essas e outras perguntas, além de várias possibilidades de respostas, sugerem que o debate sobre políticas públicas arquivísticas ainda merece uma maior verticalização seja por parte das instituições arquivísticas ou do mundo acadêmico.

Os atores públicos e privados envolvidos em processos de formulação, execução e avaliação de políticas arquivísticas necessitam ampliar ainda mais o espaço público sobre o tema. Trata-se de uma demanda política e científica que, exercida pelo Estado e a sociedade civil, podem favorecer e ampliar nossas experiências em termos de políticas públicas arquivísticas. O que não podemos, definitivamente, é nos darmos ao luxo de não contarmos com políticas públicas arquivísticas regidas pelos parâmetros políticos e científicos da contemporaneidade na qual os arquivos se inserem (ou deveriam se inserir) como recurso fundamental à construção social do conhecimento.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Ana Maria Barros Maia do. O cenário da política nacional de informação no Brasil. *Sociedade & Informação*. UFPB. Disponível em: <http://www.informacaoesociedade.ufpb.br/pdf/IS119106.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2005.

ARRETCHE, Marta. Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - vol. 18 nº. 51 fev./2003.

BARDACH, E. (1998). Los ocho pasos para el análisis de políticas públicas. Un manual para la práctica. México: CIDE, 1988.

CARIDAD SEBASTIÁN, Mercedes, MÉNDEZ RODRÍGUEZ, Eva M^a, RODRÍGUEZ MATEOS, David . La necesidad de políticas de información ante la nueva sociedad globalizada. El caso español. *Ciência da Informação*. v. 29, n. 2, 2000.

CIUDAD POLITICA. *Las Políticas Públicas: Productos del Sistema Político*. Ciudad Política - Ciencia Política - Praxis Y Ciencia Política, 2005. Disponível em: <http://www.ciudadpolitica.com> 13/8/2005 18:37:27 – 1. Acesso em: 25 jan. 2006.

DAGNINO, Renato et al. Metodologia de Análise de Políticas Públicas. In: _____. *Gestão Estratégica da Inovação: metodologias para análise e implementação*. Taubaté: Editora Cabral Universitária, 2002. Disponível em: <http://www.campus-oei.org/salactsi/index.html>. Acesso em: 25 jan. 2006.

DURÁ, Jaime Ferri. Políticas públicas. IN: Román Reyes (Dir): *Diccionario Crítico de Ciencias Sociales*, Pub. Electrónica, Universidad Complutense, Madrid 2004. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/eurotheo/diccionario>>. Acesso em: 25 jan. 2006.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - vol. 18 nº. 51 fev./2003.

FERNÁNDEZ, Estanislao de Kostka. Políticas públicas. En Román Reyes (Dir): *Diccionario Crítico de Ciencias Sociales*, Pub. Electrónica, Universidad Complutense, Madrid 2004. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/eurotheo/diccionario>>. Acesso em 25 jan. 2006.

FUNDACIÓN HISTÓRICA TAVERA. Brasil. Primer Borrador de Relatório sobre la situación del patrimonio documental de América Latina. Madrid: Fundación Histórica Tavera, 1999.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Néida. Novos cenários políticos para a informação. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

HÖFLING, Eloisa De Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos Cedes*, ano XXI, nº 55, nov./2001.

JARDIM, José Maria . *Transparência e Opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental*. Niterói: EDUFF, 1999.

JARDIM, José Maria. Capacidade governativa, informação e governo eletrônico. DataGramZero. Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, out. 2000.

JARDIM, José Maria. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In: MATTAR, Eliana. *Acesso à informação e política de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

MALIN, Ana Maria Barcelos. *Estado e Sociedade da Informação no Brasil: uma investigação sobre o papel da informação na gestão pública*. Rio de Janeiro: PPGCI IBICT-UFRJ, 2003. Tese de doutoramento em Ciência da Informação.

MELO, Marcus André. Estado, governo e políticas públicas. In: Sergio Miceli (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré, 1999. P. 59-99.

MOLINO, Enzo (1992). Políticas de información en América Latina y el Caribe. . Estudio en Siete países de la Región. Informe Final. Disponível em: <http://www.infolac.ucol.mx/documentos/politicas/27.pdf>. Acesso em: 27.03.3006

MONTVILOFF, V. Políticas nacionales de información: manual sobre la formulación, aprobación, aplicación y funcionamiento de una política nacional sobre la información. París: UNESCO, 1990

MULLERr, Pierre; Surel, Yves. *A análise das políticas públicas*. Pelotas: EDUCAT, 2004.

MULLER, Pierre. *Les politiques publiques*. Paris: PUF, 2004, (1994a).

REIS, Elisa P. Reflexões leigas para a formulação de uma agenda de pesquisa em políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - vol. 18 nº. 51 fev./2003

SENRA, Nelson de Castro. Regime e política de informação estatística. *São Paulo em Perspectiva*, 16(3), 2002.

SOUZA, Celina. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - vol. 18 nº. 51 fev./2003.

TORRES, Pedro Medellín. *La política de las políticas públicas: propuesta teórica y metodológica para el estudio de las políticas públicas en países de frágil institucionalidad*. Santiago de Chile: CEPAL, Jul./200 4.

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Informação em ciência e tecnologia: políticas, programas e ações governamentais – uma revisão de literatura. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 31, n. 3, p. 92-102, set./dez. 2002.

ZIMERMAN, Héctor J. *Origen y actualidad de las Políticas Públicas*. Ciudad Política - Ciencia Política, 2003. Disponível em: <http://www.ciudadpolitica.com/modules/news/article.php?storyid=225>. Acesso em: 25 jan. 2006.